

Seu cliente foi vítima de um sequestro relâmpago e foi obrigado a fornecer o cartão e as senhas da conta bancária para os criminosos os quais efetuaram diversas compras e saques totalizando um prejuízo de R\$ 10.000,00 subtraídos da conta corrente do banco Caixa Econômica Federal. Responda

1. Seu cliente pode acionar o banco numa ação judicial?
2. Caso positivo, qual o nome da ação? **ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com indenização por danos materiais e morais com liminar**
3. Qual a justiça competente? **Art. 109, I CF/88 + 42 CPC + CDC, ART. 101 I FORO PRIVILEGIADO**
4. É possível pedir danos morais? (se positivo, quanto?) vide jurisprudência
5. Encontre decisões (de primeiro grau) a respeito (não serve Jusbrasil e/ou Google, ie, a pesquisa deve ser realizada no sítio do Tribunal de Justiça).

Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

**ENDEREÇAMENTO:** EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ...ª VARA CÍVEL DA JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO PAULO.

Lei nº **12.153/09**: JUIZADO ESPECIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA: art. 2º **É de competência** dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

**Lei 9.099/95**: art. 16. Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado **designará a sessão de conciliação**, a realizar-se no prazo de quinze dias.

**AUTOR:** JOAO (qualificação completa) (PJ – vide art. 75 CPC),

por seu advogado, (art. 105, § 2º A procuração deverá conter o nome do advogado, seu número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e endereço completo),  
vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência,  
com fundamento no artigo ---

**ajuizar**

**NOME DA AÇÃO:** AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA E NULIDADE DE DÉBITO / DANOS MATERIAIS E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL c/c PEDIDO TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA DE URGÊNCIA EM FACE DE: (**RÉU...**), conforme fatos e fundamentos a seguir expostos:

**DOS FATOS**

**DO DIREITO:**

SILOGISMO: FATO + NORMA = CLS

LEI + DOUTRINA + JURISPRUDÊNCIA (RECURSOS COM EFEITO REPETITIVO?)

CC (ART. 186 e 927)

CDC 8.078/90 (art. 6º, direitos básicos do consumidor, art. 14 responsabilidade objetiva etc.)

Jurisprudências e Súmulas??? S. 297 e 479 STJ

**CASO CONCRETO:** “desrespeito ao perfil do correntista” “falha prestação de serviços” “padrão habitual”

**PEDIDOS ESPECIAIS**

**Prioridade processual** art. 1.048 CPC

**Liminar** art. 294 CPC

**Justiça Gratuita** – art. 98 CPC

**PEDIDOS**

Diante do exposto requer:

a- liminar

b- citação “revelia”

c- (prioridade – gratuidade – outros pedidos)

d- ao final, procedência (nome da ação) e pedidos

d- ônus sucumbencial

**PROVAS**

**VALOR DA CAUSA**

**AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO** (no juizado é obrigatória a audiência)

**ENCERRAMENTO**